PRODUÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR – A EXPERIÊNCIA DE LAJES (1977/82)

José Ari Martendal*
Maria Julieta Costa Calazans**
Hélio R. S. Silva ***

1. Introdução; 2. Contexto lajeano e projetos especiais; 3. Procedimentos metodológicos; 4. Tradição e mudanças em Lajes; 5. Resistências: conquista de espaços.

1. Introdução

Entre 1977 e 1982, a Prefeitura Municipal de Lajes, SC, desenvolveu com a população local um conjunto de práticas de educação e cultura popular denominado Projetos Especiais. Como as estratégias e bases teórico-metodológicas dos projetos não foram fixadas em registros permanentes, tornava-se difícil preservar sua memória, explicitar a prática política e, conseqüentemente, transmitir os resultados.

Embora os Projetos Especiais não tivessem, como ponto de partida um referencial teórico explícito de educação popular, seu processo refletia um conjunto de concepções e práticas próprias de segmentos populares. Assim, não bastava simplesmente registrá-los. Seus efeitos deviam ser discutidos e avaliados, permitindo, na própria comunidade, a ampliação e geração de modelos alternativos e, no âmbito nacional, o enriquecimento das discussões sobre educação popular. Neste sentido, este estudo se relaciona com trabalhos realizados por outras instituições como o IESAE/FGV, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado (Fidene, de Ijuí, RS) e a Faculdade de Educação da Amazônia, com o objetivo de recuperar a memória da educação popular e da educação no meio rural do Brasil.

* Mestre em educação pelo IESAE/FGV; professor na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
** Professora no IESAE/FGV.
*** Professor na Faculdade da Cidade, Rio de Janeiro.

Os objetivos principais da pesquisa que deu origem a este artigo foram registrar o testemunho da população local e analisar as questões básicas levantadas. Além disso, buscou-se:

1. Recuperar, através de uma ação pedagógica, as origens do processo e os resultados dos Projetos Especiais, registrando os discursos e as propostas dos que acompanharam sua produção, bem como identificando personagens, grupos, interesses, idéias inspiradoras e formulações teóricas, de forma a ancorar as experiências no contexto sócio-político e econômico;

2. Identificar a relação das propostas de educação e cultura popular dos Projetos Especiais com o processo produtivo local, principalmente as atividades ditas tradicionais, e, ainda, com as formas cooperativas que se desenvolveram ao longo deste processo;

3. Permitir aos autores da experiência (em reuniões, assembléias, etc.) a comunicação de seus conhecimentos e julgamentos de valor a respeito do processo e dos resultados experimentados.

2. Contexto lajiano e projetos especiais

2.1 O contexto

A década de 70 iniciou-se de forma difícil para o município de Lajes. Este período demarca o final do Ciclo da Madeira, que tinha alterado todo o contexto sócio-econômico da região serrana de Santa Catarina. As reservas florestais tinham sido esgotadas. A maior parte das serrarias, localizadas no interior do município e da própria região, havia encerrado suas atividades, por falta de matéria-prima. As grandes indústrias madeireiras, situadas no perímetro urbano, estavam em declínio. Os contingentes de trabalhadores liberados pelas serrarias chegavam à cidade, em busca de trabalho. A periferia da cidade ia se ampliando consideravelmente. No setor primário (agricultura e pecuária), as perspectivas eram reduzidas, por força da estagnação decorrente do período da industrialização da madeira. Na área de prestação de serviços, entravam em colapso os sistemas de manutenção mecânica e de transportes, criados para sustentar o Ciclo da Madeira.

---

[1] Ver *Produção de educação e cultura popular – a experiência de Lajes (1977-1982).* Projeto nº 314/82 (Fapeu), Contrato nº 51/82. Instituições patrocinadoras: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) da Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep).

Lajes vivera da araucária por mais de 20 anos. Todo o seu parque industrial foi gerado para a produção de madeira bruta serrada. Os empresários não investiram em indústrias alternativas e nem mesmo na produção de outros bens relacionados com a madeira beneficiada.

Há outro fato que merece registro. Com o término da construção das rodovias federais que servem à região, o Segundo Batalhão Rodoviário do Exército, estabelecido na cidade, foi deslocado para Santarém, no Pará. Ora, esta unidade militar, por força de seus projetos de engenharia, sempre fora uma grande empregadora de mão-de-obra local. Com sua mudança, deixou uma herança de desemprego.

Com uma população estimada em 90.000 habitantes, Lajes começa a enfrentar o drama do desemprego e suas conseqüências logo no início dos anos 70. "A cidade, sem infra-estrutura para acolher e dar trabalho a estas levas de novos trabalhadores que se apresentavam, assiste, neste início da década de 70, a um processo de marginalização social. São altos os índices de criminalidade, prostituição, desemprego, subemprego e constantes as invasões de terrenos do patrimônio público para construção de barracos, ampliando os limites das favelas. Enfim, Lajes assistia ao processo de formação de seu 'exército industrial de reserva' com todas as conseqüências que daí podem decorrer."[2]

Uma das conseqüências desta situação ocorre nas eleições de 1972. Depois de 40 anos de hegemonia, a oligarquia local perde o governo do município. "Não há dúvida que o processo de decadência da oligarquia Ramos está ligado diretamente, e por via inversa, ao processo de formação de um corpo de proletários e desempregados."[3]

Em 1973, o novo governo municipal, acreditando na industrialização da cidade, planejou um distrito industrial, desapropriando, para tal, uma vasta área de terras. E não foi só isso: fez provimento de infra-estrutura para a instalação de novas indústrias e concedeu vantagens e incentivos aos empresários interessados. Alguns empresários locais, aproveitando os benefícios, transferiram suas instalações para o distrito, remodelaram e modernizaram suas empresas, sem que isso acarretasse a criação de novos empregos, pelo menos de forma significativa. O plano do novo prefeito, portanto, surtiu pouco efeito fora do âmbito empresarial do município.

---

[2]Munarim, Antônio. *Uma prática de educação popular em Lajes.* Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1987, p. 5.

[3]Id. ibid. p. 5.

O Ciclo da Madeira foi produzido por uma leva de pequenos empresários vindos do Rio Grande do Sul que montou suas unidades de produção industrial (serrarias) por toda a região. No auge deste período, só no município de Lajes funcionavam aproximadamente 500 serrarias. Mas, de forma dinâmica, a madeira vai cedendo lugar ao papel. Assim é que, no decorrer dos anos 50 e 60, dois grandes grupos econômicos (de capital internacional) iniciam suas atividades na região. Compram florestas de araucária, glebas de terra em grande quantidade, dão começo a um grande processo de florestamento e reflorestamento e instalam duas grandes fábricas: uma no distrito de Palmeira (Otacílio Costa) e outra no de Correia Pinto.

Se o Ciclo da Madeira foi impiedoso com o trabalhador da roça e o peão da fazenda, despojando-o e arrancando-o do campo[4], este novo ciclo – o do papel – não tem procedimentos diferentes. Compram-se pequenas e médias propriedades rurais, ocupa-se o contingente de ex-lavradores nas atividades de plantio de *pinus ellioti e taeda* (exótico), propaga-se a promessa de empregados na indústria. As duas vilas distritais ampliam, desta forma, sua população. Assim, o município de Lajes passa a contar com três núcleos urbanos: a cidade e as duas sedes distritais (Otacílio Costa e Correia Pinto).

No início dos anos 60, haviam sido desincorporados de Lajes três novos municípios: Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul. Assim mesmo, com 7.094km^2, Lajes permanecia como o muncípio de maior área em Santa Catarina. Em 1982, criavam-se mais dois municípios, exatamente os distritos que sediavam as grandes indústrias do papel. Apesar disto, restou-lhe ainda um território considerável de 5.271km^2, o que representa 5,52% da superfície do estado. Porém o que se reveste de importância é sua alta taxa de urbanização: segundo o IBGE, enquanto, em 1980 – excluindo os municípios instalados em 1982 – a população urbana atingia 110.320 habitantes, todo o território rural ficava com uma população de apenas 19.945 pessoas. Este dádo, de *per si,* ilustra a ação dos Ciclos da Madeira e do Papel sobre a população rural.

Em 1977, quando assumiu o segundo prefeito eleito pela oposição, o quadro sócio-econômico do município permanecia inalterado. A agricultura e a tradicional pecuária continuavam estagnadas. As duas fábricas de papel, longe da cidade, mantinham sem alteração seus quadros de pessoal, sem criar novos lugares de trabalho; eram, na verdade, a principal fonte de receita para os cofres do município. As populações da periferia permaneciam em seu estado de marginalização. Mas quem era a periferia? Em sua quase totalidade, era o caboclo serrano que, gradativamente, fora expulso do

[4]Ver Martendal, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira.* Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1980.

campo. Eram caboclos que, anos antes, trabalhavam em suas roças ou nas lides de fazenda como peões.[5]

Os caboclos da região, tradicionalmente, tiveram suas opções de trabalho: ou ajudavam os fazendeiros no labor da pecuária como peões de estância ou capatazes, ou, embrenhados em regiões mais íngremes, mantinham-se numa agricultura de subsistência. A partir de 1940, inicia-se o processo de industrialização da madeira de araucária, processo este que será o responsável pela alteração do quadro tradicional.

Se no primeiro período de gestão oposicionista (1973-77) não houve diferença administrativa em relação aos moldes tradicionais, de qualquer forma verificou-se uma sensível dinamização na prestação dos serviços públicos. A par disto, ocorreu um certo movimento de organização popular, ancorado na formação de subdiretórios do MDB, a partir de um discurso de "autodeterminação das comunidades". Se este movimento na verdade disfarçava uma intenção de controle social, não impediu, na prática, que as comunidades de bairro alcançassem um certo nível de autodeterminação e organização[6] para a defesa de seus interesses. O projeto político-administrativo do segundo prefeito eleito pela oposição (período 1977-82) vai se caracterizar exatamente pela atenção às periferias urbanas e aos campos esvaziados. Os Projetos Especiais vão constituir mecanismos de suporte de uma nova tentativa de administração pública para o município de Lajes.

2.2 *Os Projetos Especiais*

Em fevereiro de 1977, o MDB assume o governo municipal pela segunda vez, trazendo uma equipe bastante heterogênea e que, de alguma forma, representava a divisão existente no partido. Não havia, segundo testemunhos ouvidos, um plano de governo definido, pronto e acabado: apenas algumas idéias que, de uma certa maneira, possibilitavam uma crítica das estruturas social, política e econômica. Os primeiros discursos da equipe de administração municipal esboçavam as seguintes diretrizes de trabalho:

1. Organização exige participação. As camadas populares são dominadas e exploradas porque lhes falta organização. A organização popular é vital para que a administração lhes seja favorável;

---

[5] Segundo levantamento realizado em 1978 nas empresas madeireiras de Lajes, verificou-se que 91,97% dos operários eram caboclos. Apenas 8,03% eram descendentes de alemães ou de italianos. Ver Martendal, J.A.C. op. cit. p. 48.

[6] Ver Munarim, A. op. cit. p. 6-7.

2. O modelo industrial brasileiro não serve, porque gera dependência, explora o assalariado e concentra a renda. Lajes tem de buscar uma indústria alternativa com base na agricultura, onde a matéria-prima é renovável e produzida no município;

3. Terá maior poder de barganha, no futuro, o país que produzir mais alimentos;

4. A comunidade de Lajes deve participar do debate em busca de alternativas;

5. Produzir mais não é suficiente; é preciso investir na organização dos agricultores;

6. A educação é uma questão política. O processo educativo deve libertar e não oprimir; deve criar instrumentos de luta para a população menos favorecida na disputa social;

7. Uma educação comprometida com os interesses populares só é possível com a participação efetiva do povo;

8. Resgatar a cultura é resgatar a história do povo.

E assim, aos poucos, surgem os Projetos Especiais, como propostas alternativas de organização e prática popular. Cada projeto visava encontrar soluções para problemas localizados e discutidos em vários âmbitos, quer no setor urbano, quer no rural.

2.2.1 Projetos urbanos

• Associações de moradores de bairro

Foram criadas com os objetivos de:

a) mobilizar as comunidades da periferia urbana para sua participação ativa na busca de soluções para os problemas enfrentados em cada bairro;

b) tornar estas comunidades participantes no processo administrativo do município, através de assembléias para deliberar sobre matérias de interesse comum;

c) superar o paternalismo e fortalecer a solidariedade comunitária.

O processo de organização se desencadeou a partir de uma convocação inicial da Prefeitura e foi ganhando corpo e vida própria na medida em que se elegia a primeira diretoria e se passava a debater os problemas mais urgentes dos bairros. Elaboradas as primeiras reivindicações, atendidas de pronto, as associações, sentindo o resultado positivo de suas ações, ganharam confiança e intensificaram sua atuação, partindo para ações mais arrojadas, que não envolviam somente a Prefeitura, mas órgãos pú-

blicos de outras esferas. A Lei Municipal nº 550/82 reconhece e dá guarida à ação destas organizações populares.

• Hortas comunitárias/hortão

Objetivando uma melhoria na qualidade da alimentação popular e, ao mesmo tempo, a ocupação de parte da mão-de-obra ociosa e que já detinha conhecimentos no trato com a terra, a Prefeitura colocou à disposição de grupos de famílias algumas glebas de terras para o plantio de hortaliças, constituindo, desse modo, as hortas comunitárias. Além da cessão dos terrenos, a Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento dava suporte à atividade, auxiliando no preparo inicial e no trato do solo, propiciando orientação técnica e colaborando com sementes e até mudas. Cada família cultivava uma pequena porção da horta, e, em comum, as famílias decidiam sobre questões de organização e manutenção.

Já o hortão foi além desta experiência. A área cultivada era maior e constituía um lugar de trabalho para desempregados que desejassem produzir, em regime comunitário, bens de natureza agropecuária. O resultado da produção era rateado entre os sócios, na proporção do trabalho de cada um. Além de assistir tecnicamente e de fornecer alguns recursos, a municipalidade, até o oitavo mês de atividade de cada trabalhador, garantia, como incentivo inicial, uma remuneração equivalente a 80% do salário mínimo regional. Foi implantado apenas um projeto/hortão. Mas a Lei nº 550/82 garante a ampliação da experiência nos moldes expostos.

• Projeto Lajiano de Habitação

Este projeto constituiu uma alternativa ao do BNH. Em uma área de 287.095m^2, no bairro da Várzea, a Prefeitura se dispôs a empreender o Projeto Lajiano de Habitação, para atender famílias de baixa renda (menos de dois salários mínimos regionais) e que não possuíssem outros bens imóveis. Esta área foi lotada (960 unidades) dentro do sistema convencional, prevendo-se também áreas de uso comum para lazer e outras atividades comunitárias, implantando-se, inclusive, o sistema de infra-estrutura necessário. As famílias selecionadas para o projeto assumiram o compromisso de se submeter ao disposto em lei própria (Lei Municipal nº 346/80), no que diz respeito à aquisição do terreno e de parte do material de construção. O compromisso com a construção previa o regime de mutirão integrado com a vizinhança e outras pessoas relacionadas por vínculo familiar ou de amizade, de tal sorte que se reduzisse sensivelmente o custo da obra. A dívida seria liquidada em 10 anos, em prestações mensais nunca superiores a 10% da renda familiar. Em terreno do projeto, instalou-se um banco de materiais usados, que seriam reciclados. Estes materiais provinham de doações comunitárias (arrecadadas em determinado dia do ano, o Dia da Habitação) ou doados quando da demolição de casas e prédios em outros setores da cidade.

• Medicina (saúde) comunitária

Este projeto consistiu, basicamente, na implantação de uma rede de postos de saúde e de outros serviços do gênero, com a participação quer das associações de moradores, quer de outros núcleos organizados (especialmente o rural), para atendimento público e gratuito, em ações que envolviam primeiros-socossos, prevenção de doenças e educação para saúde. A municipalidade contribuía com pessoal e outros recursos necessários, ficando a comunidade com os encargos de organização e indicação de atendentes e agentes de saúde. Os agentes de saúde se diferenciam dos atendentes porque realizam seu serviço junto às populações rurais. A Lei Municipal nº 55/82 prevê a escolha dos atendentes e agentes através das organizações populares, via eleição.

• Casa do Artesão

Em um trabalho de incentivo ao artesanato regional, empreendido pelas Secretarias de Educação (junto às escolas) e de Cultura, Esportes e Turismo (nas Mostras de Campo), foram cadastrados os artesões do município. Inicialmente, a produção artesanal era exposta e comercializada nas mostras de campo, mas, com o crescimento de produção, toda de cunho regional, foi necessária a criação de um espaço permanente, que constituísse um entreposto de vendas e ficasse sob o controle dos próprios produtores. Foi assim que, em 1981, inaugurou-se a Casa do Artesão, no centro da cidade, e, ao mesmo tempo, se deu início a um movimento que resultou na Associação dos Artesões de Lajes. O artesanato era proposto como uma forma de resgate cultural e uma alternativa de trabalho produtivo que propicia o aumento da renda familiar.

A Casa do Artesão é mantida pela Prefeitura, mas há previsão de que, depois de sua implantação definitiva, ela passe a se reger e funcionar por seus próprios estatutos, desvinculando-se definitivamente dos órgãos públicos (Lei Municipal nº 550/82, art. 28).

• Popularização do teatro

A atividade teatral, no contexto dos Projetos Especiais, tinha uma proposta de popularização e se voltou para um trabalho de focalização da cultura regional, servindo-se de temas e lendas locais. Este projeto vingou graças ao esforço de um grupo de teatro, o Gralha Azul, que fazia pesquisas, estudava formas cênicas e discutia constantemente seu engajamento na proposta. O Gralha Azul trabalhava com bonecos criados e confeccionados pelos participantes do grupo. Apresentava-se em praças e ruas da cidade, em escolas rurais e urbanas e, ainda, nas várias localidades do interior do

município. Relevante foi seu trabalho junto aos professores e alunos das escolas municipais, introduzindo o teatro como instrumento didático e pedagógico.

• Ação cultural

A Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo desenvolveu, no período, alguns programas que, mesmo não constituindo formalmente os Projetos Especiais, faziam parte do programa mais amplo em que estes se envolviam. Assim, cumpre citar:

a) Artes nos Bairros – programa destinado a mobilizar as populações no resgate da cultura, através de promoções artísticas e artesanais produzidas no próprio bairro e obedecendo a um calendário preestabelecido;

b) Movimento de Artes Plásticas – depois de várias reuniões com artistas plásticos, constituiu-se um grupo permanente que promovia reuniões de trabalho, exposições individuais e coletivas (com obras de artistas da terra e de outras localidades), participava de promoções nos bairros e, por fim, se dispôs a pintar painéis em alguns muros da cidade;

c) Grupo Carretão – um movimento semelhante ao anterior, reunindo o pessoal de literatura. O Grupo estimulava a atividade literária e publicava, com o apoio da Secretaria, um caderno literário denominado *Carretão* donde o nome do grupo;

d) Centro de Artes Elisa Bianchini Araújo – trata-se de um espaço para a promoção das artes, através de exposições ocasionais (com obras de alguns artistas) e permanentes (com reproduções de obras universais), e que abriga uma escolinha de artes, nos moldes de um pequeno laboratório.

• Associação Lajiana de Pequenos e Médios Comerciantes

As populações mais pobres do município, por facilidade de crédito e de transporte, geralmente se suprem de mantimentos junto aos pequenos e médios comerciantes, estabelecidos nas proximidades de suas moradias. Contudo, deparam-se com preços mais elevados do que os que se verificam no comércio de maior porte (supermercados, por exemplo). Buscando-se a razão principal destes preços elevados, descobriu-se que isto ocorria por uma razão muito simples: os pequenos e médios comerciantes conseguiam abastecimento a preço pouco competitivo junto aos atacadistas, porque compravam sempre em pequenas quantidades (de acordo com seu capital). Através de reuniões da classe com autoridades municipais, buscou-se então uma maneira de equacionar este problema de preço e, ao mesmo tempo, favorecer os consumidores com preços mais acessíveis. Optou-se pela formação de uma entidade, uma associação de comerciantes que, fazendo as compras em conjunto, tivesse perante os atacadistas maior poder de barganha. Por sua vez, estes comerciantes

associados se comprometiam a vender mais barato para seus clientes. A Prefeitura deu um suporte inicial à associação, contribuindo com o serviço de transporte das mercadorias, o pagamento de aluguel do depósito e outros serviços que se fizessem necessários, até que a entidade pudesse gozar de autonomia total, o que, praticamente, ocorre hoje.

- Projeto de educação

Depois de um período experimental, a Secretaria Municipal de Educação chegou a uma proposta, respaldada pela Lei nº 550/82, de um modelo de educação adequado à realidade regional e ao modo de vida das populações, enfatizando as questões ambientais, culturais e familiares na formação dos escolares. O currículo devia estar apoiado no tripé *saúde-expressão-trabalho cooperativo.* Assim, no aspecto da saúde, deviam ser ministrados ensinamentos elementares como noções sobre o corpo e suas funções, medicamentos, nutrição e alimentação; no nível da expressão, entendida como toda a manifestação cultural capaz de contribuir com o aprimoramento da educação, a escola devia desenvolver atividades ligadas às artes, folguedos e recreação, dando ênfase a manifestações ligadas a costumes e tradições locais; no que diz respeito ao trabalho cooperativo, deviam ser desenvolvidos, através de aulas práticas, conteúdos que levassem o educando a conhecer, debater e aprender os processos de cooperação mútua. O projeto previa ainda a pré-escola, destinada às crianças de dois a seis anos, com um programa de orientação educacional e de alimentação apto a habilitar para o aprendizado posterior na escola.

2.2.2 Projetos rurais

- Núcleos agrícolas

Foram criados para oferecer mecanismos de organização popular capazes de fazer face a problemas da comunidade, como produtividade e cansaço da terra, armazenamento e escoamento da produção, comercialização, empréstimos bancários, diversificação de culturas, mecanização e assistência técnica adequadas voltadas para o contexto do pequeno agricultor. Reuniam pequenos e médios proprietários, com o objetivo de viabilizar economicamente suas propriedades.

Considerando a questão crucial do êxodo rural, tais empreendimentos teriam a finalidade maior de fixar o homem ao campo, aumentando sua produtividade e diversificando sua produção. Para atingir este último objetivo, preconizava-se a exploração de outras potencialidades, como fruticultura, piscicultura, criação de pequenos animais, caprinocultura, ovinocultura, cunicultura e apicultura. A existência das formas associativas, corporificadas nos núcleos agrícolas, teria ainda o papel pedagógico de neu-

tralizar os efeitos dissociativos da rarefação demográfica, permitindo mecanismos de articulação para obras comuns.

Segundo preconiza a documentação legal da Prefeitura, os núcleos agrícolas são formados a partir da iniciativa da comunidade interessada, congregando pequenos e médios agricultores, que deles participam em regime cooperativo. São plenamente autônomos na gestão de seus negócios e decidem, através de seu órgão diretivo, sobre os serviços e atividades que deverão ser executados pelo município. Destacavam-se, entre esses serviços, a assistência técnica, a patrulha mecanizada, o oferecimento de recursos de natureza animal e vegetal, a construção de açudes, estradas, vias de acesso e barragens, etc.

• Mostra de Campo

Consistia em um meio de resgate e valorização das atividades, dos costumes e dos produtos que tradicionalmente caracterizam a sociedade rural. Sua realização estava afeta à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo e partia do pressuposto de que as comunidades interioranas possuem valores culturais "expressivos", como o artesanato e o folclore, que, no entanto, existem sem o devido reconhecimento. Tratava-se, pois, de resgatar a cultura interiorana em suas múltiplas expressões. Em cada sede distrital, durante um determinado dia, a população local podia manifestar sua criatividade, apresentando sua produção agrícola, artesanato, dons artísticos e tradição. Nessa festividade anual expunham-se objetos de valor estimativo, histórico e/ou artístico, peças de artesanato regional e produtos agrícolas que oferecessem interesse especial, por revelarem técnicas de cultivo dignas de divulgação. As mostras eram abertas com um grande desfile e encerradas com uma missa gaúcha.

Havia, por parte da Secretaria Municipal de Cultura, um esforço no sentido de que a comunidade se tornasse o sujeito do próprio evento, desvinculando-se do auxílio e iniciativa do Poder Público municipal.

• Escola rural

O boletim *Escola Rural* de setembro de 1979 definia como objetivos da publicação "fazer circular notícias, comunicados, trabalhos elaborados pelos professores do meio rural, pelos seus alunos e por todas aquelas pessoas da comunidade rural que queiram pôr em comum sua sabedoria, seus conhecimentos e sua cultura (...) num esforço para integrar e divulgar informações que sejam úteis à melhoria do nosso ensino e ajudem também na melhoria das condições de vida das nossas comunidades rurais". Expressões como "circular", "comunicados", "pôr em comum", "integrar", "divulgar", revelam que, no âmbito das escolas rurais, permanecia um traço dos Projetos Especiais comum às mostras de campo e aos núcleos agrícolas: a preocupação em *articular* a vida rural em suas esferas econômica, social, cultural e educacional.

Ao longo da experiência, o projeto das escolas no meio rural, contém, pois, essa dimensão fundamental: o esforço de estabelecer práticas articuladoras do meio em que está inscrita a escola e uma preocupação de que esta refletia as características deste meio.

3. Procedimentos metodológicos

O estudo sobre os Projetos Especiais de Lajes foi intencionalmente assumido como um trabalho de natureza social, repartindo atividades e responsabilidades com representantes da população local.

Esta alternativa de trabalho conjunto permeou a execução da pesquisa em suas diferentes fases: discussão da problemática (objeto) do estudo; levantamento e sistematização de fontes escritas; coleta de informações orais para recuperação e sistematização da memória; tratamento e análise das informações e dados produzidos.

Paralelamente ao levantamento da documentação escrita, propôs-se o estudo e a discussão, em diferentes oportunidades e grupos, dos fundamentos teórico-metodológicos que viessem a ser mais indicados nas análises e que orientassem a construção da memória dos Projetos Especiais.

Procurou-se trabalhar em torno de considerações de cunho conceitual e aprofundar o conhecimento sobre as categorias eleitas para análise, de modo a ver mais claro as questões suscitadas.

Considerou-se imprescindível desvendar a articulação entre as conjunturas históricas e a prática dos grupos sociais – dos que viveram e vivem a luta pelo poder social, político e econômico – evidenciada através de mecanismos de atuação conjunta, de formas diferenciadas de "participação popular".

Entendeu-se que o estudo deveria explicar a validade e importância objetiva do conhecimento popular construído através do senso comum que lastreou as práticas dos Projetos Especiais, ultrapassando o conhecimento institucionalizado. Buscou-se sempre respeitar as populações no que se refere aos meios utilizados na transmissão dos fatos, na transformação do conhecimento técnico, na produção de arte e na construção da experiência de vida. Procurou-se, ainda, interpretar historicamente como as descobertas do povo vêm sendo apropriadas no conjunto das práticas sociais.

Durante o processo de pesquisa, considerou-se fundamental conviver com a população em seu cotidiano, quando ela criava modos de sobrevivência e explicitava formas de pensar, sentir e expressar-se culturalmente – enfim, acompanhar as diversifi-

cações dos modos de vida dos diferentes grupos, especialmente dos que constituem as classes populares.

O conhecimento obtido na convivência com a realidade serviu de base para a análise e se articulou com as premissas do corpo teórico-metodológico do estudo. Assim, a discussão teórico-metodológica tomada como fundamento constituiu um repertório de conhecimentos que enriqueceu as discussões, imprimiu coerência à explicação dos fatos, tornou a interpretação das situações concretas mais compreensiva, enfim, ensejou o início da análise.

Sendo um processo educativo, a pesquisa realizou-se sob a forma de intensa cooperação, exercida em diferentes modalidades pelos integrantes dos grupos – alguns vivenciadores da experiência – que ora buscavam recuperar a documentação sobre os fatos e levantar as fontes ora assumiam a co-autoria do estudo.

Este relato dos procedimentos – divididos em etapas – pode sugerir, talvez, uma proposta operativa baseada em "modelos" previamente definidos. Na realidade, pretendeu-se estimular formas diferenciadas de cooperação e "participação", para que o trabalho viesse a redundar num processo dinâmico.

A sugestão de um roteiro pontuado[7] chamou atenção para a necessidade de disciplina e orientação didático-pedagógica nos procedimentos a serem adotados e ainda confirmou que caberia aos sujeitos do processo avançarem na formulação do aprendizado próprio para o estudo em curso.

Concomitantemente à discussão da problemática, deu-se o levantamento de informações e dados secundários constitutivos da primeira fase.

Na segunda fase houve um período de preparação que antecedeu o trabalho de campo propriamente dito. Vale destacar alguns aspectos que reforçam as afirmativas anteriores, de que os procedimentos de coleta emergiram dos fundamentos teórico-metodológicos do estudo.

A coleta de campo (recuperação e sistematização da memória) desenvolveu-se em momentos articulados: consulta e convite às entidades públicas e privadas de Lajes para participarem da execução da pesquisa (procurou-se cobrir o maior número de

---

[7]Este era o questionário básico:
1. O que sabe dos Projetos Especiais?
2. Que atividades foram (ou não) desenvolvidas? Em que setores?
3. O que deu certo? Ou não? Por quê?
4. O que ficou? O que deve continuar?
5. Outras informações?

condições objetivas); definição da população (amostra); organização dos grupos para as reuniões de trabalho; levantamento de informações com a "população" em reuniões previamente definidas.

O objetivo principal nesta fase foi levantar a memória, mediante informações prestadas por grupos representativos de vários segmentos de dois blocos distintos: os que participaram da experiência e os que a "testemunharam". Este objetivo foi discutido com representantes de entidades públicas e privadas de Lajes, com os quais foram formulados os passos decisivos para a fase de campo do estudo.

Na escolha da amostra e organização dos grupos para as reuniões de trabalho foram observados os aspectos relacionados a seguir:

1. Listaram-se, dentro do maior grau de abrangência de pessoas os segmentos da população local, tomando-se como critérios básicos: a vinculação com instituições de educação, cultura e representação de classe, e com entidades assistenciais, religiosas e políticas (participantes ou não dos Projetos Especiais); a participação nos Projetos Especiais e a possibilidade de contribuir para o estudo como testemunha da experiência (convidados individuais).

2. A partir das listagens de pessoas (elaboradas e fornecidas por instituições previamente consultadas) foram organizados grupos de trabalho, tomando-se como critério a diversificação em termos de representação nos segmentos da população, assim como a condição de ter ou não participado de ações dos Projetos Especiais.

3. Na organização dos trabalhos procurou-se assegurar que:

a) os grupos fossem organizados com o mínimo de 10 e o máximo de 25 participantes;

b) fosse escolhido entre os integrantes de cada grupo um responsável pela transcrição dos debates e testemunhos (havia ainda a transcrição feita pelo estagiário da pesquisa, cotejando-se os dois documentos para maior controle e fidedignidade);

c) fosse elaborado um roteiro de questões para orientar as discussões (reuniões) e viabilizar o aspecto teórico-metodológico do trabalho (questões calcadas na realidade e elaboradas na fase de consulta prévia);

d) cada grupo delimitasse o tempo em função das necessidades práticas dos levantamentos (a duração de cada reunião ficou em torno de três horas);

e) ao final de cada reunião fosse feita a leitura do relatório, de tal forma que todos os presentes concordassem com seu teor, acrescentando eventuais correções, suprimindo equívocos e mal-entendidos e corrigindo distorções;

f) os relatores organizassem, em comum acordo com o grupo, as informações em função da autoria das versões elaboradas, coletiva (em casos de consenso) ou individual, para integrar a pesquisa.

Estes foram os principais passos estabelecidos como forma de trabalhar em conjunto com a população para levantar a memória, as origens e concepções dos Projetos Especiais. Adotou-se um processo que desse conta do trabalho educativo, seus resultados, repercussões e perspectivas de continuidade.

Deste modo, os representantes da população que atuaram juntos ou que testemunharam a experiência distribuíram-se como catalizadores, implicados ou responsáveis com menor ou maior grau de compromisso com essa prática política.

Posteriormente, aprofundaram-se intencionalmente alguns aspectos que, a juízo da equipe, não foram suficientemente explorados pelas reuniões. Esta complementação de informações foi realizada através de entrevistas gravadas com pequenos agricultores, sindicalistas e religiosos, e em encontros com professores do meio rural que não tiveram oportunidade de comparecer às reuniões. Os procedimentos adotados com os professores também obedeceram aos critérios antes discutidos e objetivaram permitir que eles falassem sobre o que sabiam (ou não) dos Projetos Especiais.

A terceira fase englobou a análise das informações coletadas. O tratamento das informações foi precedido de discussões teóricas, de modo a permitir que a análise redundasse na explicitação das práticas vividas pelos grupos autores dos Projetos Especiais, destacando a relação entre os projetos (sua prática educativa e política) e a cultura dos autores.

4. Tradição e mudanças em Lajes

A primeira impressão suscitada pelos depoimentos colhidos em Lajes ao longo das reuniões promovidas pelos pesquisadores é a de que alguns representantes das organizações convidadas se esforçaram nitidamente por demonstrar um total desconhecimento dos projetos, obviamente tentando esvaziar seu alcance e sentido. Alegaram várias vezes que os Projetos Especiais eram divulgados fora da cidade, num esforço promocional intenso, mas seu raio de ação exíguo terminara por fazer com que a população urbana não fosse atingida ou sequer testemunhasse os empreendimentos desenvolvidos.

Durante as reuniões foram ouvidos inúmeros testemunhos que alertavam para um esforço da administração municipal de Lajes eleita em 1982 e, particularmente, da Secretaria de Educação diretamente envolvida nas discussões, no sentido de instruir professores e diretoras de escolas a adotarem uma genérica atitude reticente quanto

às atividades da gestão anterior, principalmente quanto aos Projetos Especiais, e uma específica posição contrária àqueles projetos em relação aos quais não pudessem declarar ignorância, por se desenvolverem nas escolas nas quais atuavam.

Desde o início da pesquisa, ainda na fase dos primeiros contatos que precederam à organização das reuniões para coleta de informações, ficou flagrante uma acentuada polarização da sociedade local, expressa na dicotomia PMDB x PDS, que se manifestava em procedimentos fugidios, recusas à entrevista, silêncios desconfiados em várias reuniões, ou manifestações agressivas, com acusações recíprocas por parte dos dois grandes "grupos".

Em tal espaço de tensão, os depoimentos das reuniões exemplificam bem todo um esforço e objetivo político de influir sobre os rumos da própria pesquisa. Confrontando dois grandes discursos construídos analiticamente (pró/contra), tais atores, falando para pesquisadores de fora, em última instância estavam quase sempre falando idealmente (no sentido positivo ou no negativo) dos Projetos Especiais. Se, em condições mais "tranqüilas" de pesquisa, a questão da objetividade do discurso revela-se sempre problemática, nas condições presentes o que pode interessar sobremaneira dos depoimentos colhidos é sua tradução de interesses, contradições, envolvimento, compromissos, resistências e projetos dessa sociedade.

Se os pesquisadores não presenciaram *in loco* os eventos objeto de tais testemunhos, também não estiveram ante relatos frios e desapaixonados sobre uma experiência pretérita. Das discussões emergiram, de forma viva e polêmica, as próprias contradições dessa sociedade, sob o signo da dicotomia clássica: mudança x estabilidade. Nesses sentido, pode-se considerar a experiência da pesquisa como positiva, pois suscitou uma clara disposição geral para um vivo e intenso debate que demonstrou o quanto as questões levantadas pelos Projetos Especiais eram vivas e atuantes.

Durante as reuniões surgiram inúmeras questões ou polêmicas que dividiram de modo geral os participantes, algumas das quais serão colocadas a seguir.

Uma das mais imediatas reações dos que se opunham aos Projetos Especiais consistia na negativa de sua *originalidade*. Há vários testemunhos nesse sentido e um exemplo pode ser encontrado quando se discutia o projeto de fruticultura. O oponente afirmava que o projeto se inspirava em atividades desenvolvidas na cidade vizinha de São Joaquim, mas que em Lajes se errou na aplicação.

Na mesma ocasião e dando continuidade à tendência de supressão da originalidade, questionou-se o papel da *Prefeitura como sujeito* das atividades que foram coroadas de êxito. Desse modo, afirmou-se que o aumento da produção de maçãs decorreu de processo autônomo. A Prefeitura não teria nada a ver com isso.

Outra questão de conflito era a referência constante à *divulgação externa*. Segundo depoimento do ex-secretário de Educação, o ocupante da assessoria de comunicação teve realmente um papel importante até na elaboração dos Projetos Especiais.

A despeito, porém, dessa verificação imediata e óbvia, o que importa observar aqui é a natureza das versões sobre o papel da divulgação. Os adversários dos Projetos Especiais avistam na *divulgação* a materialização de um esforço de propaganda que teria a capacidade de criar uma imagem em tudo contraditória com a realidade do que ocorria no município. Já os defensores dos projetos tendem a enfatizar mais a acolhida dada pela sociedade nacional às notícias de Lajes, interpretando-a como uma decorrência do surgimento de idéias novas ao cabo de um período repressivo. O interesse nacional seria, assim, uma postura da sociedade como um todo, a buscar alternativas democráticas que Lajes já estaria realizando concretamente. A propalada distância entre o que acontecia realmente e a idealização externa foi atribuída mais ao desconhecimento que a população tinha dos Projetos Especiais, devido a um sistemático boicote empreendido pelos meios de comunicação locais, que se opunham à nova orientação adotada pela Prefeitura.

No que se refere à *educação*, uns acusavam a antiga administração de ter contribuído para a existência de um 1º grau dual, na medida em que seu sistema não capacitava a criança a enfrentar os currículos tradicionais da quinta série, sob a responsabilidade do estado. Em resposta a tal crítica, os defensores da nova experiência afirmavam que poucos alunos entram na quinta série, cerca de 30%, dando a entender implicitamente uma "terminalidade" real, dirigida a alunos da periferia que, não podendo continuar seus estudos por precisarem trabalhar, adquiriram, na escola, técnicas capazes de torná-los mais adaptados às suas futuras atividades.

Outro item polêmico centrou-se na questão da *industrialização*. Acusou-se a administração formuladora dos Projetos Especiais de não ter industrializado Lajes, não ter, enfim, criado atrativos para a implantação de novas atividades industriais no município. Aqui fica contida, implicitamente, uma crítica ao caráter regressivo da proposta, a incentivar atividades primárias. Em resposta a tal crítica, fez-se menção à impossibilidade de o município determinar a fixação de atividades produtivas. Observou-se que tal processo transcende em muito a esfera de influência municipal, advertindo-se que o fenômeno ficaria agravado em um período recessivo, quando os próprios centros industrializados do país vêm limitando suas atividades.

Lamentou-se o acirramento das contradições de *classes*, acusando-se o governo de ter sido "polêmico" na execução de seus projetos e ter hostilizado algumas classes sociais. Teria prescindido dos líderes da comunidade, sobretudo das classes empresariais, que não teriam sido procuradas ou ouvidas. Por esta ótica, tal "politização" teria gerado incompatibilidades intransponíveis, isolando a Prefeitura. Já os defensores

da antiga administração alegaram que, em uma época de crise, tratava-se de fazer uma opção clara, e que a Prefeitura teria optado por atingir as classes menos favorecidas, constituindo um projeto prioritário. Longe de hostilizar as classes empresariais, estas é que teriam voltado as costas para a administração, na medida em que passaram a ver seus projetos postergados.

Outra crítica muito freqüente foi quanto ao *centralismo* da administração, que tomaria decisões sem consultar a comunidade.

Contudo, a suma da ofensiva críttica apoiou-se na posição que Lajes ocupava em relação aos outros municípios de Santa Catarina na época da pesquisa. Afirmou-se ter havido um retrocesso, o que não poderia ser explicado pela depressão econômica, já que os outros municípios que passaram a ocupar posições privilegiadas em relação a Lajes teriam sofrido os efeitos da mesma conjuntura. Esta última crítica foi rebatida explicando-se que o retrocesso resultava da crise da madeira e não dos Projetos Especiais. Alegou-se, ainda, que o governo do estado, durante a administração analisada, hostilizava o município de Lajes, que permaneceu desassistido de qualquer benefício estadual. O governo federal, segundo tais alegações, teria também voltado as costas para o município.

Os que defendem os Projetos Especiais consideram ainda bastante positivas as seguintes características: *cooperação e união,* como fatores de superação de dificuldades ("a idéia central desses projetos é o trabalho de grupo e isso deve continuar); *permanência no campo* (o esforço para deter o êxodo rural, procurando criar condições para assegurar a permanência no campo); *democratização do ensino,* cujas conquistas consideram tão sólidas que teriam até se desdobrado na administração atual, frontalmente contrária aos projetos, no caso da eleição das diretoras das escolas pelas comunidades; *participação* (um processo participativo que constituiria um exemplo para os municípios brasileiros); *política cultural,* com a valorização do artesanato, através das mostras de campo, o que implicaria um resgate de culturas, pois "o povo havia esquecido suas culturas" e tais manifestações serviriam para "o povo lembrar o passado".

No entanto, os defensores dos projetos reconhecem algumas limitações que teriam funcionado como impeditivas da plena maturação da proposta. Além do alegado boicote da imprensa, arrolam, entre outros fatores: *tempo* (o êxito de um processo de tal envergadura e complexidade exigiria um tempo maior para começar a dar frutos); *mentalidade tradicional* (os projetos especiais teriam se chocado com uma mentalidade tradicional, que teria procurado detê-los por todos os meios); *universidade* (a universidade local, instância fundamental de apoio, dado o escopo da proposta, teria boicotado os projetos, chegando mesmo a impedir que seus alunos os estudassem).

Há nos Projetos Especiais uma acentuada preocupação com a questão do resgate cultural, entendido como uma reaproximação com um passado encarado quase como

uma idade de ouro. As mostras de campo e a Casa do Artesão são exemplos disso. Aqui a questão dos valores e a política de cultura se confundem com a política econômica. Os processos econômicos modernizadores, a industrialização, etc. são encarados como descaracterizantes. Em outro passo, pode-se discutir a ausência de projetos de atuação da indústria como um índice, também, desse projeto cultural que a encara como estranha à tradição da região.

Obviamente, quando se fala em rejeição a processos econômicos modernizadores e em processo de industrialização descaracterizante, não se pretende afirmar que, deliberadamente, a administração responsável pelos Projetos Especiais tenha descartado a possibilidade da industrialização. Em suas intervenções nos encontros promovidos em Lajes, o ex-secretário de Planejamento demonstrou que a opção pela agricultura e criação decorria da inviabilidade de se produzir no município atrativos para a implantação de indústrias.

O que se pretende é chamar a atenção para o fato de que, sob a ótica do planejamento econômico, fez-se uma opção compensadora. Já do ponto de vista das práticas culturais, essa supressão deu origem a um projeto sócio-cultural que, não trabalhando criticamente tal impossibilidade, gerou uma disposição regressiva. Assim, tende-se a otimizar um passado folclórico, retomando-o como meta social, revivendo a tradição já não mais apenas numa dimensão vital para a construção da identidade social, mas sobretudo numa paradoxal dimensão prospectiva. Uma "volta aos campos", lembrando o ruralismo pedagógico, é preconizada na escola e em outras instâncias como forma de recuperar a identidade perdida e erradicar os bolsões de miséria na cidade. Entender como se consolidou esse modelo pretérito será uma forma de questionar essa idealização do passado. Há nos registros dos encontros promovidos durante a pesquisa eloqüentes testemunhos sobre tal questão.

Valeria lembrar, teoricamente, que tal rejeição à modernização (admitida, contudo, quando incide sobre áreas tradicionais como a mecanização agrícola e a tecnicização da criação), com sua decorrente política de resgate e valorização de todas as manifestações verbais, musicais e artísticas, medicinais e de hábitos alimentares e de vestuário, implica uma folclorização, de cunho diretivo, da sociedade. Qual a noção de cultura subjacente em tal recorte? Aparentemente, a de que cultura são os traços, as manifestações concretas e os elementos empíricos, tangíveis. Ora, a noção de cultura como conjunto de traços pode ensejar uma compreensão das sociedades que não dê conta da mudança. Assim, pode-se indagar até que ponto a proposta cultural contida nos Projetos Especiais não teria uma inclinação conservadora.

Este aspecto, evidentemente, tem um inquestionável cunho político. Trata-se de uma visão imobilista de cultura, muito próxima da externada pelos folcloristas. E tal visão, ao criar um passado edênico, transformado em fetiche pela coleta de seus traços e

rastros, pode correr o risco de não detectar estratégias emergentes, função da própria história de tais populações.

Valeria a pena repensar a visão folclórica de cultura e situar historicamente a produção dessa idealização do passado. Ela se dá ao cabo de um processo dilapidador de exploração da madeira. Lajes vive, pois, a crise desse ciclo devastador. É nesse momento crítico, de transição e perplexidade, em um contexto político e econômico em que o município não pode ser sujeito de seu destino, que surge entre os intelectuais da Prefeitura essa tendência regressiva ao porto seguro do passado.

Não se pode atribuir a esses mesmos intelectuais uma "intenção" conservadora ou regressiva, fazendo-se resvalar para seus discursos um recorte reconstruído só a partir dessa análise. As características apontadas da política cultural estariam contidas nas sobras de um discurso que está buscando alternativas para uma sociedade que vive um impasse e um momento de estagnação. O paradoxo desse projeto regressivo é muito menos uma contradição teórica de seus formuladores do que uma limitação determinada por sua situação histórica. Eles não são sujeitos onipotentes ante um leque infinito de possibilidades, a exigir uma escolha em função da coerência e consistência teórica. O impasse leva a uma contradição que alerta sobre as exíguas possibilidades de transformação só em um município, quando este constitui parte integrante da sociedade nacional, a sofrer determinações que não se situam no âmbito restrito de suas fronteiras. Mas isso também não invalida a relevância da experiência. O grande sucesso nacional da experiência de Lajes, sensibilizando inúmeros segmentos da população, revela que a cidade, em determinado momento, tocou em algumas questões básicas de nossa sociedade. Talvez valesse a pena parodiar Mário de Andrade e afirmar que o caso de Lajes, se não é exemplo, pode ser lição.

Seria interessante analisar a proposta e suas leituras a partir da própria expressão *projetos especiais,* que nunca foi usada para a comunidade. Reservava-se seu uso para os limites da administração, mera etiqueta de ordem burocrática, circunscrita aos técnicos da Prefeitura.

Com tal etiqueta, embora não vulgarizada, opunha-se a praticamente todo o universo de ações da administração, isto traduz implicitamente a concepção de que os métodos, ações e objetivos usuais eram cediços e não davam conta das reais contradições da sociedade. É sob a égide da *especialidade* que a equipe inicia seus diagnósticos, procura concepções, busca metodologias e define objetivos. Esse caráter *especial* traduz inevitavelmente um sentimento de urgência, ditado pela crise da exploração da madeira e pela galopante marginalização de uma população sem perspectivas de absorção no mercado de trabalho e espremida nos bairros periféricos da cidade. No entanto, a magnitude dos problemas enfrentados torna-se colossal ante o tempo exíguo deste governo. A cobrança que se faz dos efeitos dessa administração

revela uma expectativa pouco consistente. Mas pode ter sido alimentada pelo clima de euforia instalado na cidade durante a vigência dos Projetos Especiais.

De qualquer forma, vale mencionar que tais ações atingiam a população como deliberações da Prefeitura e não sob um rótulo específico, um "plano de emergência" escondido em projetos de natureza especial. Discutidas no âmbito desta pesquisa quando o grupo que as executou já deixara o poder, elas passam a ser vistas como ações do grupo oposicionista, ora no ostracismo político: aquilo que "não deu certo", um aspecto imanente do grupo, uma marca do partido oposicionista, uma derivação de concepções "erradas". Tal postura não se limita aos opositores das propostas, atinge também muitas pessoas comprometidas com a antiga administração e agentes dos projetos, que, hoje, vivem um processo de autocrítica que, se tem o aspecto saudável da análise, não deixa de conter ainda um autodilaceramento que perpetua o voluntarismo da proposta. Se ontem tudo podiam mudar, hoje consideram que as falhas e fracassos se devem a "seus" erros.

Os depoimentos das reuniões e entrevistas não podem ser entendidos sem que se leve em conta um emaranhado de rivalidades locais, geradas ora pelos projetos, ora por fatores que precederam à própria constituição dos dois grandes "discursos" já aludidos. Não se poderia falar, se não de forma muito vaga, em um conflito ideológico, já que o perfil de cada discurso não corresponde inequivocamente a grupos específicos. Os dois discursos, construções meramente analíticas, são elaborados por inúmeros grupos com perfis políticos específicos. Atores com posições neutralistas podem elaborar frações de ambos os discursos.

O que haveria de mais genérico a distinguir esses discursos seria, por um lado, mais a questão do abandono das classes médias e empresariais, reclamada pelos que apóiam a atual administração; e, por outro, a reiterada alegação de uma política cultural voltada para a periferia, o "pequeno", o "povo", as "classes menos favorecidas", considerada positiva pelos elementos fiéis à administração responsável pela proposta. De qualquer forma, para limitar a discussão que, em função da própria abrangência dos projetos, poderia se ampliar demais, as quatro questões básicas elaboradas para articular as reuniões e o próprio fato de se estar discorrendo sobre uma experiência pretérita, embora bem recente à época das reuniões, imprimiram aos discursos inequívoco sabor de balanço. Assim, os atores envolvidos tendiam a discorrer sobre o que foi bom, o que foi mau e o que não deu certo, detendo-se mais ou menos em cada experiência específica, na medida direta de seu envolvimento pessoal com cada projeto, de seu conhecimento ou do que ouviu falar sobre os mesmos. Havia projetos desconhecidos de vários participantes, o que muitas vezes ocorria em função da maior distância em relação ao setor em pauta e algumas vezes simplesmente por desinformação.

Aliado a tais motivos, o posicionamento *pró* ou *contra* a administração anterior terminava por dotar tais apreciações de um alto grau de esquematismo. Tais posicionamentos enrijecidos, porque já não ligados a uma intervenção concreta e observável da testemunha em relação à ação desencadeada, tornam impossível buscar, em determinados níveis, uma média muito exata de opiniões. Falta, assim, uma explicitação mais detida, para revelar a natureza da experiência concreta do ator em face do projeto avaliado, as categorias mediante as quais elabora sua avaliação, bem como seus interesses em relação à proposta específica. A tendência de discriminar projetos falhos e com êxito, sob um critério uniforme de balanço de saldos positivos e negativos, pode não dar conta das especificidades dos vários empreendimentos, que exigem critérios heterogêneos de avaliação.

Essa observação, contudo, não pode suscitar qualquer leitura que implique a suposição de um juízo de valor sobre os depoimentos recolhidos, tendendo, antes, a ressaltar para o leitor as condições específicas nas quais os mesmos foram registrados. Essas versões dos fatos e suas interpretações não perdem sua riqueza e densidade se seu contexto for considerado.

Assim, além da especificidade das falas em função da posição social do emissor, há o lugar de onde se fala e as condições em que se fala. Em função de tais limites, pode-se desnaturalizar tais testemunhos, condição indispensável para resgatar a densidade e complexidade presentes.

Um exemplo representativo de todas as possibilidades do condicionamento foi colocado pelos próprios grupos em alguns momentos. Refere-se ao caso do pessoal ligado ao sistema educacional. Várias pessoas aventaram que os professores que trabalharam nos projetos especiais, embora discordando deles, colocavam-nos em prática por temer perder o emprego. Este mesmo argumento é usado por outros participantes, segundo os quais se deveria pôr em questão as versões negativas dadas pelos membros da atual administração, pois decorreriam do mesmo temor.

Das reuniões para coleta de informações participaram pessoas vinculadas ao trabalho de elaboração dos Projetos Especiais, agentes incumbidos de implementá-los e representantes da sociedade civil atingidos por um ou mais projetos, outros que deles não participaram em qualquer das posições anteriores e mesmo muitos que sequer os testemunharam, conforme seus relatos. Colocam-se aqui três questões básicas, que serão adiante examinadas:

a) os Projetos Especiais foram arquitetatos em todas as áreas buscando dar conta de uma ação educativa que mobilizasse as populações para atuar efetivamente em seu meio sócio-cultural;

b) na ausência de uma clara definição dos propósitos dos projetos, bem como de qualquer atividade que instruísse para sua prática e o desempenho das funções atribuídas aos agentes, estes revelaram em seus testemunhos múltiplas visões dos próprios projetos, sempre adaptadas a seus diagnósticos particulares da realidade local e a seus desígnios quanto a uma sociedade ideal;

c) essa pulverização da proposta fica ainda mais flagrante entre os diferentes segmentos da população não diretamente envolvidos no processo. O discurso destes segmentos, refratado segundo a posição específica do ator social em foco, poderá revelar que o que se fala remete muito mais às tradições e valores locais, ou valores de classe ou grupo a que o ator pertença, do que a um entendimento objetivo de um conjunto de projetos heterogêneos e talvez não devidamente elucidados para a população (questão das relações entrópicas, comunicação, etc.).

Voltando à questão da *ação educativa* que visa atingir *populações* para que atuem *efetivamente* em seu meio, valeria a pena ressaltar um traço genérico de tais ações e que consiste em supor que a consciência crítica seria desenvolvida mediante uma ligação ao espaço imediato da população especificamente atingida. Se, em certo nível, tal enfoque é procedente e correto com todas as suas implicações, consistentes na necessidade de que indivíduos, grupos e populações tenham consciência de seu espaço e de suas propriedades ou virtualidades, esta consciência somente se estrutura quando restaurados os nexos entre esse espaço e o mundo mais geral, sobretudo quando tal espaço não exerce função determinadora sobre a população local.

Nesse sentido, quando uma professora se queixa de que não pode mostrar aos alunos uma gravura de geladeira, pois geladeira não faz parte de seu contexto, segundo o ex-secretário de Educação, o que importa não é verificar a fidedignidade do relato, o que implicaria dirimir a questão com a presença dos atores envolvidos no "episódio", mas notar que, mesmo se tratando de um equívoco, a "anedota" revela uma possibilidade no campo então determinado. E isto fica bem claro numa intervenção do ex-secretário de Planejamento: "o encontro na Praça Jonas Ramos na Quaresma (...) resultado de esvaziamento da periferia." Referia-se à festa anual em uma praça central da cidade, considerando esse afluxo ao centro como decorrência de uma periferia desestruturada, anômica. A vitalização da periferia implicaria, assim, realização de festas locais. A possibilidade extrema nesse campo seria de eventos e congraçamentos organizados em cada bairro, uma curiosa noção de absoluto insulamento cultural.

Por outro lado, o que seria tal periferia? Historicamente, sua constituição está descrita em*Processos produtivos e trabalho-educação.*[8] Trata-se do *locus* para onde foram tangidas inúmeras famílias de trabalhadores, destituídas de suas atividades quando

[8]Ver Martendal, J.A.C. op. cit.

do colapso da exploração da madeira na região. Marginalizadas, espremidas na periferia em moradias toscas, destituídas de serviços básicos de saneamento, estas populações não podem encontrar em tal espaço qualquer dimensão estruturante. Opor a festa da praça do centro, como descaracterizante, à festa da periferia, como dimensão de identidade cultural, corresponde a sacramentar os efeitos desastrosos de um ciclo econômico predatório, determinado por fatores externos à região e sem qualquer finalidade social.

A ação para que as populações atuem efetivamente em seu meio implica indispensável consciência da peculiaridade cultural, altamente meritória, mas pode conduzir também a um localismo estreito que degenera em beco sem saída. A identidade cultural nunca foi produto do isolamento. Pelo contrário, alimenta-se muitas vezes do contato e, sem internalização do produto cultural do outro, pode se tornar impossível.

Já a questão dos agentes consiste na multiplicidade de visões dos projetos, que decorre de diagnósticos particulares da realidade local e de suas próprias idéias quanto a uma sociedade ideal. Estes dois fatores se fertiizam nas condições em que os projetos foram elaborados, que não permitiram um treinamento capaz de restabelecer a homogeneidade indispensável à eficácia e coerência.

Os pronunciamentos dos agentes sobre a questão cultural levantada em torno das concepções das *ações educativas* demonstram um equacionamento com os mesmos parâmetros, acrescidos de algumas especificidades que a seguir serão examinadas. Assim a questão é colocada por um deles: "De um lado, a trova, a gamela, etc.; de outro, a discoteca e outras manifestações massificadoras. A idéia era a de reverter o predomínio desses meios de massificação." O "predomínio desses meios de massificação" vem sendo intensamente sentido em inúmeros países industrializados e com tradição cultural secular ou milenar, como a Alemanha, onde hoje de discute tanto a questão da perda de referência da juventude em relação à sua tradição musical, a França, cuja americanização vem sendo objeto de debates entre seus intelectuais há décadas, e o Japão, cuja ocidentalização e consumo dos produtos massificados da indústria cultural também vêm sendo objeto de interesse dos especialistas em questões culturais.

Sem pretender qualificar o processo, ou discernir o alcance de seus efeitos "descaracterizantes", cumpre apenas ressaltar a vastidão da tarefa que os agentes lajianos se impuseram. É inegável, porém, o mérito desse diagnóstico, primeiro no âmbito dos municípios brasileiros.

De qualquer forma, a recorrência à gamela e à trova como antídoto para a discoteca e outras manifestações massificadoras implica a eleição, por parte de gestores e agentes dos projetos, de um tempo ótimo, no qual a identidade popular se encontrava plenamente perfilada. Como já se observou no item 2, a história do planalto catarinense,

pelo menos desde o século XVIII, não é de molde a autorizar a constituição de qualquer passado paradisíaco para as classes populares.

Tendo uma concepção de educação ampla, com leitura da realidade, os agentes rebatem as acusações de que as crianças saíam da quarta série sem saber ler e escrever, afirmando que "aprender não é só aprender a ler e escrever". Os próprios opositores da experiência, embora mantendo de forma contundente suas críticas à falência da alfabetização nos projetos especiais, jamais deixaram de reconhecer que as crianças egressas daquela escola são desinibidas, capazes de reivindicar seus direitos e dotadas de uma notável capacidade de expressão. Tratava-se, pois, de formar um cidadão capaz de criar laços de organização, preparado para a plena socialização, voltado para seus valores locais, integrado ao seu meio e capaz de reivindicar em nome dele e dos seus. Seus limites, contudo, estavam prefixados. Um professor universitário, integrante da equipe que implantou os projetos especiais, assim definiu a questão desses limites: "O professor industrial e o consumismo levaram o homem do campo a acreditar que sem o produto industrial não poderia mais fazer o que fazia bem com produtos artesanais. Houve uma inversão cultural. Deveria haver um processo educacional para reintroduzir tais produtos no cotidiano. Ao invés de enfeitar a casa com o produto, ter consciência de que aquele é um produto que eu posso fazer, e que me exime de adquirir o produto de São Paulo e Rio."

Finalmente, resta ver como a população recebeu tais projetos. Em linhas gerais, a proposta foi pouco esclarecida. Mas a questão do não-esclarecimento não se resolve em termos apenas do papel da instância da Prefeitura incumbida de exercer a função comunicadora junto à população. Muitos dos que consideram fracassada a experiência educacional acham que isso se deveu ao "despreparo das professoras". Esta referência introduz um outro condicionador para a falta de esclarecimento. Trata-se de ver que a equipe dos projetos especiais vai contar, para implantar suas ações culturais e educativas, com um pessoal de apoio que foi formado e desempenha suas práticas em instituições moldadas segundo parâmetros que estavam sendo questionados. Tal circunstância exigia um esforço de treinamento que provavelmente seria impossível dado o gigantismo das propostas. Por outro lado, o próprio escopo da proposta exigia tal gigantismo, pois já não se tratava de atacar, numa visão funcionalista, pontos sensíveis para uma reestruturação, mas de reformular o sistema.

Mesmo admitindo fracassos parciais, os defensores da proposta reconhecem, em face da situação de estagnação a que chegara aquela sociedade, que se tornava "fundamental a apresentação de alternativas". Esta mobilização, contrariando administrações imobilistas, talvez explique o processo de resistência. Os avanços restritos são ainda avanços. Esse despertar para a consciência de direitos e para a possibilidade de ação torna secundárias as eventuais concepções equivocadas que transformam o processo em mero trampolim para outros saltos. Às limitações culturais do localismo exacerbado da proposta lajiana, sobrepõe-se ou sotopõe-se a consciência

da cidadania, esta, sim, fundamento básico para a elaboração de propostas que não se transformem em paternalismo, autoritarismo ou dirigismo.

Essa ambigüidade é que precisa ser recuperada, para entendê-la em sua gama enorme de sugestões e implicações. E, neste sentido, transpõem-se os limites do tom de "balanço" já detectado nas falas das reuniões. Faz-se necessário pensar na continuidade social e discernir onde foram inoculados elementos que transcendem os próprios limites dos projetos, entendidos do ponto de vista meramente legal. Isto é, que elementos da experiência permaneceram e podem se transformar em bolsões de resistência. Quais as mudanças operadas, mesmo quando iniciadas sob a égide de um diagnóstico de gabinete ou com base em leituras da cultura popular que a integram a partir de sistemas de referência que lhes são estranhos. Trata-se, enfim, de verificar se em Lajes ocorreu, mesmo de forma limitada e atingindo parcialmente a sociedade, uma educação política.

5. Resistências: conquista de espaços

Os depoimentos colhidos apontam para formas de luta testemunhadas em áreas rurais e urbanas e deflagradas por representantes das classes populares. Formas de luta refletidas nas ações do dia-a-dia, na prática de quem deseja se afirmar, tornando explícitas as posições de quem as assume e deixando sempre presente o caráter da classe que se mobiliza, criando espaços na sociedade. A nitidez de consciência – consciência de classe – dos que se organizam reflete a marca de suas origens, procurando na prática a transfusão de novas energias, de novos desejos e conhecimentos que se desdobrem em novas formas de conhecer e atuar.

É assim que em Lajes se observou, em diferentes momentos da pesquisa, a luta política se organizando. As classes populares reorientam a proposta educativa na perspectiva de administrar os conflitos. E administrar conflitos supõe a capacidade de levar adiante as tarefas técnicas a serem desempenhadas e também a criação do espaço político (sem preconceitos), buscando a adesão de todos os que optarem por assumir e administrar juntos ações que garantam a qualidade da prática educativa.

No conflito, tais classes se preparam para recomeçar a conquistar espaços de liberdade que permitam a realização de práticas de educação e cultura – "condição indispensável para que os cidadãos possam reunir-se, possam discutir os problemas e os programas econômicos e políticos, possam associar-se depois de terem identificado a sua vontade e a sua consciência com a vontade e a consciência social organizada em partido".[9]

---

[9]Gramsci, Antonio. O dever de ser forte. In: ——. *Escritos políticos*, Lisboa, Serra Nova, 1977. v. 2, p. 287.

Os produtores de Bocaina, assim como de outras regiões rurais de Lajes, indicaram nos depoimentos sobre o processo de educação e cultura popular que estão conscientes do que devem fazer. Fincam raízes em organizações que, apoiando o processo produtivo, são ao mesmo tempo a expressão da força política que eles por direito devem representar. Organizações que atuam na orientação técnica e política, apóiam os produtores no controle da produção, afastam os malefícios dos intermediários, e lutam, associados aos "sem terra", para a consecução de suas necessidades e solução de seus problemas; organizações que, atentas às diversificadas formas de expropriação, utilizam seus valores como forma de resistência.

"(...)Acreditamos que a classe trabalhadora adquire hoje consciência da extensão e da seriedade das tarefas que lhe incumbirão amanhã, cremos honesto tratar os trabalhadores como homens a quem se fala abertamente, cruamente, das coisas que lhe dizem respeito."[10] Esta orientação é colocada aqui, na perspectiva de apoiar a discussão de um problema que a pesquisa torna evidente.

Os Projetos Especiais são arquitetados em diferentes âmbitos e em diversificadas áreas da sociedade, buscando dar conta de uma ação educativa às classes populares, para que desenvolvam ações efetivas em seu meio sócio-econômico e cultural.

Os produtores dos Projetos Especiais estavam – implícita ou explicitamente – vinculados a um partido político e confessavam acreditar no trabalho engajado, comprometido politicamente. No entanto, não se vê claramente como eles se definiram politicamente, face aos grupos com os quais se comprometeram. Tal ausência de clareza, em alguns casos, passa a impressão de descompromisso, de desvinculação das atividades de uma prática concreta. E assim, as classes populares, através de seus grupos representativos, omitem ter participado de ações que lhes orientassem para uma prática política. Em alguns casos pode-se chegar a supor que as ações educativas e culturais foram fomentadas por "instrutores", "mobilizadores" desengajados, que não se vinculavam a uma organização com um programa decididamente assumido.

Esta é uma questão onde as contradições afloram de forma muito presente no âmbito dos Projetos Especiais. E assim, como poderiam as classes populares, desvinculadas de um plano político, de um marco histórico, superar tais condições? Enfim, como administrar, no bojo dos Projetos Especiais, conflitos gerados por interesses que não estavam referidos a compromissos assumidos conjuntamente?

E como esta hora é de retomada, de resistência, de preparação (não de conclusão), finalizamos buscando em Gramsci a orientação para um novo começar.

---

[10]Gramsci, Antonio. Estudos "difíceis". In: ——. *Escritos políticos*. op. cit. p. 106.

"Uma das mais graves lacunas da nossa atividade é esta: nós esperamos a atualidade para discutir problemas e para fixar as diretrizes de nossa ação. Obrigados pela urgência, damos aos problemas soluções apressadas, no sentido em que nem todos os que participam no movimento se apoderam dos termos exatos das questões e, portanto, se seguem a diretiva fixada, fazem-no por espírito de disciplina e pela confiança que depositam nos dirigentes, e não por íntima convicção, por uma racional espontaneidade. Assim acontece que, em cada hora histórica importante, se verificam as debandadas, os abrandamentos, as rixas internas, as questões pessoais. Assim se explicam também os fenômenos de idolatria que são um contra-senso no nosso movimento e abrem a janela ao autoritarismo expulso pela porta."[11]

---

[11] Gramsci, Antonio. op. cit. p. 177.